

---

# INTERSECCIONALIDADE E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INTERSECTIONALITY AND THE FRONTIERS OF KNOWLEDGE IN INTERNATIONAL RELATIONS

---

DOI: 10.5380/cg.v14i2.98594

**Marcelo de Almeida Medeiros<sup>1</sup>**

*“O observador que pretende observar uma pedra, na realidade observa, se quisermos acreditar na física, as impressões das pedras sobre ele próprio. Por isso a ciência parece estar em contradição consigo mesma; quando se considera extremamente objetiva, mergulha contra a vontade na subjetividade”.*  
(Einstein, 1981: 46)

## RESUMO

O artigo analisa o caráter eclético, holístico e interdisciplinar das Relações Internacionais (RI), destacando seu potencial analítico diante de fenômenos globais complexos e interdependentes. Argumenta-se que, ao abordar temas na fronteira do conhecimento — como pandemias, mudanças climáticas, cibersegurança, migrações e outros —, as RI exigem escolhas metodológicas e disciplinares rigorosas, especialmente no tocante à atuação das Organizações Internacionais. Nesse contexto, as crises são vistas como motores do avanço científico, ao impulsionarem a investigação de fenômenos ainda pouco compreendidos. O texto defende que, para desbravar essas novas fronteiras com legitimidade científica, as RI devem combinar racionalmente sua vocação interdisciplinar com o respeito aos princípios fundamentais da ciência, como a objetividade, a clareza metodológica e o compromisso com evidências empíricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira; Conhecimento; Relações Internacionais; Metodologia.

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Política Internacional Comparada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Pesquisador PQ-1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: [marcelo.medeiros@ufpe.br](mailto:marcelo.medeiros@ufpe.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8385-0358>.

## ABSTRACT

This article examines the eclectic, holistic, and interdisciplinary nature of International Relations (IR), highlighting its analytical potential in addressing complex and interdependent global phenomena. It argues that, when engaging with frontier issues—such as pandemics, climate change, cybersecurity, migration, and others—IR demands rigorous methodological and disciplinary choices, particularly concerning the role of International Organizations. In this context, crises are viewed as drivers of scientific progress, as they prompt the exploration of phenomena that remain insufficiently understood. The article contends that, in order to legitimately advance these new frontiers, IR must combine its interdisciplinary vocation with a firm adherence to core scientific principles, such as objectivity, methodological clarity, and a commitment to empirical evidence.

**KEYWORDS:** Frontier; knowledge; International Relations; Methodology.

\* Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2025, aprovado em 05 de março de 2025.

## 1. INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais (RI) são, *per se*, um campo de saber eclético e, *pari passu*, holístico que, por vezes, enseja abordagens ancoradas em uma interseccionalidade mínima, tanto de saberes quanto de diferentes *loci*. Assim, elas se prestam, naturalmente, como ponto de partida para a análise de muitos fenômenos políticos, econômicos ou sociais que, cada vez mais, deixam de ser locais e adquirem uma envergadura global. Certamente, a delimitação do objeto de pesquisa requer o estabelecimento de condições de contorno precisas que, por sua vez, exigem escolhas disciplinares e metodológicas *sui generis*. Porém, *a priori*, o amplo leque teórico das RI pode contribuir para a geração de conhecimento no que concerne a eventos inseridos na vasta malha de interdependência que contingencia a ação de agentes e molda as estruturas.

Algumas temáticas se postam, particularmente, na fronteira do conhecimento das Relações Internacionais. Em razão da complexidade e da incipiência que as caracteriza, elas geralmente têm sido marcadas por situações frequentes de crise: pandemia, mudanças climáticas, cibersegurança, guerra híbrida, fluxos migratórios ou, até mesmo, espaço sideral.<sup>1</sup> Manifestamente, entre os atores impactados pelos diversos tipos de crise estão, por exemplo, as Organizações Internacionais (OI), agentes que tentam modular os diversos regimes internacionais, tornando-os mais previsíveis e menos vulneráveis às veleidades dos Estados-Nações. Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou, ainda, arranjos regionais como a União Europeia (UE), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União Africana (UA) são desafiados a se adaptarem ao intrincamento das crises. A fronteira do conhecimento das Relações Internacionais explora como essas instituições se transformam para lidar eficazmente com os desafios emergentes.

Decerto, as crises são um vetor propulsor na direção da fronteira do conhecimento, posto que elas suscitam o novo e, portanto, quase sempre o desconhecido. Portanto, a busca incessante pela compreensão do desconhecido, ou seja, o desbravamento de novas fronteiras, é o que tem movido o avanço científico nas mais diversas áreas. Inclusive, claro, nas RI.

## 2. SCIENTIA VINCERE TENEBRAS<sup>2</sup>

O caráter científico da busca pelo discernimento em situações de crise vem sendo uma preocupação constante ao longo dos últimos séculos. Se nas ciências exatas, da natureza e biomédicas (CENB) os parâmetros epistemológicos estão relativamente pacificados, ou seja, *in fine*, não há conhecimento possível fora do rito, consistência e rigor científicos; por outro lado, nas

---

<sup>2</sup> Dizeres do brasão da *Université Libre de Bruxelles* (ULB). Fundada em 1834, seus dizeres – "O conhecimento vence as trevas" – contrastam com os que constam no emblema da prestigiosa *University of Oxford*, criada em 1231: *Dominus illuminatio mea* (O Senhor é a minha luz).

ciências humanas e sociais (CHS) os preceitos que ancoram a pesquisa ainda estão sujeitos a controvérsias. Todavia, em ambos os casos, persistem, no processo de produção científica, o problema da intangível neutralidade axiológica – mesmo se em proporções diferenciadas; e a complexa questão dos meios de expressão – o código, a linguagem.

Nas CENB, a linguagem matemática sofisticada consegue, no mais das vezes, descrever adequadamente os fenômenos estudados e, *pari passu*, preservá-los da interferência dos juízos de valor dos estudiosos. Embora Erwin Schrödinger, em uma série de palestras sobre eventos no espaço e no tempo – na fronteira do conhecimento entre a física, a química e a biologia – tenha afirmado que, apesar da grande complexidade do tema, a dedução matemática não seria muito utilizada. E isso simplesmente porque tal tema era complexo demais para ser acessível através de números e equações (Schrödinger, 1977, p. 17). Subitamente, a matemática, enquanto código, mostrava-se, pelo menos naquele momento, inepta.

Com efeito, a crise explicativa da física clássica provoca, de forma incremental, o aparecimento da física quântica e de suas idiossincrasias como a dualidade onda/partícula do elétron, proposta por Louis de Broglie a partir, sobretudo, dos estudos de Albert Einstein e Max Planck; ou, ainda, o princípio da incerteza, postulado por Werner Heisenberg, apregoando que não é possível se medir simultaneamente a velocidade e a posição de um elétron de determinado átomo. A matemática envereda, assim, pela senda da probabilidade, capaz de mensurar a incerteza intrínseca de eventos e facultar ao pesquisador as limitações de seus achados.

Nas CHS, por outro lado, a linguagem, não raro, carece de acuidade e encerra cargas semânticas indesejáveis e em distintos graus. Também, no intuito de angariar precisão, ela recorre a noções e conceitos genuínos das CENB que, em algumas situações, são empregados de forma indevida frustrando a ambição e gerando ambiguidades (Sokal; Bricmont, 1999). Conclusão: exige-se que o esforço e a pré-disposição do pesquisador das CHS para lidar com a expressão de seu pensamento de forma neutra e precisa sejam colossais. A linguagem científica não-matemática não é universal, cada idioma contendo suas peculiaridades e expressando cognições, por vezes, de maneira distinta, gerando possíveis falhas. Advérbios e adjetivos podem, assim, qualificar situações com métricas subjetivas e cambiantes, cuja intensidade não se conhece com precisão, dificultando, por conseguinte, a percepção exata do fenômeno estudado. Mas, evidentemente, isso não significa que as CHS não possam se expressar cientificamente. Elas exigem, contudo, um cuidado redobrado no sentido de depurar o discurso – que revela seus resultados – tanto dos propósitos indefinidos, quanto das intenções de juízo.

A revolução behaviorista, que teve lugar no início do século passado, é uma tentativa de agregar científicidade na busca pelo conhecimento nas CHS. Focando em métodos empíricos e em preceitos objetivos, ela se posiciona na vanguarda da pesquisa das humanidades, abrindo espaço para outras abordagens – tal a escolha racional – também pautadas pela inquietação de uma prática

científica fidedigna. O que se observa, na verdade, é uma paulatina preocupação dos cientistas sociais no que diz respeito à compatibilidade entre a teoria normativa e o fazer científico. A vocação da ciência é explicar e não prescrever. É perceber o "é" e não preconizar o como "deve ser". O "deve ser" é relevante, mas é relativo, função de valores que, nem sempre, são universais. Ele é fruto de reflexão e não necessariamente de evidências empíricas compartilhadas. Para as CENB teoria positiva é, quase sempre, condição *sine qua non* para o alcance do conhecimento.

### **3. GÊNESE E METAMORFOSES DAS RI**

A gênese das Relações Internacionais, enquanto disciplina das CHS, é marcada por uma forte e compreensiva tendência normativa. Após a hecatombe da Primeira Guerra Mundial, era natural que, ainda em um clima de horror e de aturdimento, a preocupação maior fosse evitar um novo conflito mortífero de tais dimensões. É nesse contexto que surge, em 1919, a primeira unidade acadêmica voltada ao estudo das RI: o Departamento de Política Internacional da Universidade do País de Gales em Aberystwyth. Pioneiro, ele se ergue como uma tentativa de institucionalizar academicamente o debate sobre guerra *vs.* paz e entender questões de poder em um cenário que, pouco a pouco, se internacionaliza. Com os confrontos bélicos – outrora restritos a um punhado de Estados – amedrontando, então, a humanidade como um todo e, no rastro do pensamento wilsoniano encarnado na Liga das Nações, Aberystwyth se torna um bastião escolar de luta para a preservação da paz e a manutenção da justiça internacional.

A proposta do seminal Departamento de Política Internacional se pauta em uma abordagem interdisciplinar que procura conciliar os estudos de Política, Economia, História e Direito, com o fito de fornecer uma compreensão holística das dinâmicas internacionais. Por outro lado, se o esteio normativo original de Aberystwyth se estrutura nas premissas idealistas lançadas por Norman Angell e retomadas por Alfred Zimmern, primeiro titular da Cátedra Woodrow Wilson, ele sofre uma acentuada metamorfose quando tal cátedra é ocupada – talvez pelo seu mais influente titular – por Edward Carr que o afina segundo um diapasão realista<sup>3</sup>. Esta abordagem interdisciplinar e a oscilação normativa que caracterizam o Departamento de Política Internacional da universidade gaulesa se espalham e influenciam substancialmente o desenvolvimento e a disseminação dos estudos de RI em nível global, motivando a criação de programas congêneres em outras instituições acadêmicas ao redor do mundo.

Todavia, a origem multidisciplinar – Política, Economia, História e Direito – torna as Relações Internacionais um embrião complexo. A interdisciplinaridade proposta desvela-se, desse modo, uma alquimia complexa do ponto de vista da prática científica. Além disso, a incessante

---

<sup>3</sup> Cf. Angell (2002) e Carr (2001).

mutação sistêmica do cenário internacional – Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Queda do Muro de Berlin, Atentados do 11 de setembro, Guerra da Ucrânia – impõe renovadas contingências normativas enquanto elemento constitutivo peremptório da referida alquimia. Dotadas de seus próprios cânones, referenciais teóricos e metodologias, Política, Economia, História e Direito não se misturam tão facilmente para servir às RI. Se o caráter teleológico holístico das RI é intrínseco à disciplina, sua essência interdisciplinar é capenga e, no mais das vezes, desemboca em uma internacionalização monodisciplinar: Política Internacional, Economia Internacional, História das Relações Internacionais, Direito Internacional. Isto não significa, necessariamente, que as RI se reduzam a um *status proto-disciplinar*.

O eixo-mor que congraça as Relações Internacionais enquanto disciplina são, na verdade, os seus alcunhados "grandes debates"<sup>4</sup>. Esse lastro teórico tem, sistematicamente, enquadrado as abordagens dos fenômenos globais pelas RI. Eles se constituem no amálgama que interliga a literatura derivada, entrelaça a geração de hipóteses e promove uma busca – pelo conhecimento – convergente e regida por uma gramática comum. O internacionalista tem, assim, esse ponto epistemológico comum de partida que, em seguida, se filia, comumente, à tradição teórico-metodológica da Ciência Política, da Ciência Econômica, da História ou da Ciência Jurídica. A natureza do objeto de pesquisa e o enfoque que o pesquisador prioriza – geralmente balizado pela sua afinidade normativa com alguns dos cânones dos "grandes debates" – decretam o rumo disciplinar predominante do estudo. Ou seja, certas rotas disciplinares e metodológicas se adequam, *a priori*, melhor que outras a responder determinadas perguntas de pesquisa.

Do ponto de vista institucional, as RI têm se acomodado de maneiras distintas nos diversos *loci* de estudos. A começar pela sua própria designação que, em função de postura normativa ou em razão de busca por ênfase em dada peculiaridade, pode variar: *International Studies*, *International Affairs* ou, ainda, *Global Affairs*. A partir de tais distinções semânticas e de afinidades com as disciplinas irmãs, são constituídas as unidades acadêmicas de ensino e pesquisa: a *London School of Economics and Political Science*, por exemplo, possui o *Department of Government* e o *Department of International Relations*; a *Princeton University*, o *Department of Politics*, com uma sub-área de Relações Internacionais, e a *Woodrow Wilson School of Public and International Affairs*; na *University of Cambridge* o que há é o *Department of Politics and International Studies*; enquanto em Oxford o *Department of Politics and International Relations*. Esta reduzida amostra – mas que representa uma tendência geral – ilustra as dificuldades e diversas tentativas de, através de nuances vocabulares, aportar maior precisão à institucionalização de um determinado campo de saber (Medeiros, 2021).

---

<sup>4</sup> Realismo *vs.* Idealismo (debate ontológico); Racionalistas *vs.* Reflexivistas (debate metodológico); Positivistas *vs.* Pós-positivistas (debate ontológico); Constructivismo *vs.* Liberalismo *vs.* Realismo (debate onto-epistemológico). Cf. Reus-Smit; Snidal, 2010.

É verdade que, historicamente, as RI têm nutrido uma relação especial com a Ciência Política – como denotam os arranjos institucionais supra-mencionados. No Brasil, por exemplo, a Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – principais agências nacionais de fomento – situam as duas disciplinas em uma mesma área final de conhecimento. Essa simbiose, nem sempre serena, tem afetado, sobretudo do ponto de vista metodológico, o funcionamento das Relações Internacionais enquanto disciplina<sup>5</sup>.

Após o esforço de cientificização experimentado pelas Ciências Econômicas, as RI, via Ciência Política, veem-se igualmente afetadas por uma "revolução de credibilidade" (Rezende, 2017, p. 243). A publicação de *Designing Social Inquiry* (King; Keohane; Verba, 1994) provoca impacto significativo no debate epistemológico entre os cientistas políticos. A proposta de modernização da pesquisa qualitativa estaiada na lógica quantitativa e aplicando princípios científicos rigorosos – como a inferência causal – grangeia o apreço de muitos estudiosos. Mas ela não é unanimidade. Assim, alguns politólogos, na linha de Brady, Collier e Seawright (2004), alertam que o padrão metodológico quantitativo possui limitações e duvidam que a abordagem quantitativa forneça o único modelo apropriado para a análise qualitativa. O fato é que, ao fim e ao cabo, trabalhos usando métodos qualitativos rigorosos como a *Qualitative Comparative Analysis* (QCA)<sup>6</sup> – usando lógica booleana – ou o *Process Tracing*<sup>7</sup> - examinando causalidade e mecanismos de mudança – têm se proliferado e logrado um grau de cientificidade reconhecido pela comunidade acadêmica. Em suma, assenta-se, paulatinamente, a prática do pluralismo inferencial, ou seja, o entendimento de que coabitam várias lógicas de causação para a geração de inferências válidas (Rezende, 2017: 241).

As Relações Internacionais, por osmose, têm, igualmente, enveredado pela trilha desse pluralismo inferencial. Note-se que, não à toa, uma das personagens-chave dessas transformações metodológicas, Robert Keohane, é figura de proa das RI; enquanto seus dois parceiros, King e Verba, expoentes da Política Comparada – entendida como subcampo da Ciência Política que lida com a comparação metódica de sistemas e fenômenos políticos entre países ou regiões. O aumento da porosidade das fronteiras – consequência das pressões da globalização – assim como os novos

<sup>5</sup> Associações nacionais, tais quais, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) ou, ainda, a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) enfocam as RI de maneiras distintas. Ora de forma mais ampla, ora de maneira mais específica, elas estruturam seus Grupos de Trabalho favorecendo determinadas percepções teóricas e metodológicas.

<sup>6</sup> Cf. Rihoux, Benoît; Ragin, Charles (eds.), 2009.

<sup>7</sup> Cf. Bennett, Andrew; Checkel, Jeffrey T. (Eds.), 2015.

arranjos regionais de soberania – *e.g.* União Europeia – em detrimento do Estado-nação, tem sugerido, cada vez mais, uma integração entre a Política Comparada e a Política Internacional (Caporaso, 1997). E, consequentemente, entre a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Moldada, por um lado, pela estrutura organizacional e, por outro, pela afinidade normativa do pesquisador, a interseccionalidade disciplinar e metodológica se torna um notável desafio no seio das RI. Política, Economia, História e Direito encerram métodos científicos singulares. Associá-los não é tarefa trivial, na medida em que, quando combinados, suas respectivas consistências intrínsecas podem ser desvirtuadas. O que, naturalmente, poderia tornar contestáveis os resultados encontrados. Diante de tal risco, a opção pela interseccionalidade é a exceção, não a regra. Ela, no mais das vezes, acontece diante de imperativo inédito – não raro gerado por alguma crise – e, raramente, suscita unanimidade.

#### 4. FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO DAS RI

A interseccionalidade disciplinar e metodológica torna-se, com efeito, proeminente quando a pesquisa se debruça sobre fenômenos novos, que ainda não foram enquadrados em matriz de conhecimento específica. Como supramencionado, crises são situações que, geralmente, favorecem o aparecimento de tais fenômenos e provocam o questionamento do *status quo* dos arranjos disciplinares consolidados enquanto campos de saber e galvanizados nas instituições de pesquisa. As crises, portanto, contribuem para a gênese de novas fronteiras do conhecimento, de forma geral e, mais particularmente, no que concerne às RI.

Muitas das novas fronteiras do conhecimento derivam, como apontado na Introdução, de crises mundiais específicas que, obviamente, se entrelaçam: pandemia, mudanças climáticas, cibersegurança, guerra híbrida, fluxos migratórios ou, ainda, espaço sideral. Mas algumas outras brotam, simplesmente, do avanço derivado da semipeterna corrida tecnológica e de suas consequências sociais, cujos exemplos-mor são, hoje, a Internet (*World Wide Web*) e a Inteligência Artificial (IA). Enfim, adentrar novos domínios se mostra imperativo. Conhecimento significa mais poder. Poder para superar situações complexas de crise. Poder para, via tecnologia, melhor defender interesses.

A existência de uma governança global em saúde mostrou-se, recentemente, uma indiscutível necessidade diante da pandemia de Covid-19. O evento corroborou a relutância dos atores internacionais em cooperar e confirmou a fragilidade da Organização Mundial da Saúde (OMS) na coordenação de ações de envergadura a fim de enfrentar o alentado volume de óbitos. Igualmente, a pandemia impacta, por um lado, arranjos regionais como a União Europeia, que adota – arrimada nos dois grandes pilares da UE, solidariedade e unidade – ações inesperadas, tais quais a compra

consorciada de vacinas e a contração de empréstimo no valor de 750 bilhões de Euros<sup>8</sup>. Por outro lado, ela também afeta o pacto federativo do Brasil, na medida em que a apatia do governo federal provoca iniciativas individuais de Estados e Municípios em competências que, costumeiramente, pertencem à alçada de Brasília.

De outra forma, as mudanças climáticas se abatem sobre todo o globo de forma inequívoca. Suas consequências trágicas desconhecem fronteiras, ideologias ou religiões. Claro que Garrett Hardin já debutara, em 1968, uma reflexão refinada sobre a destruição dos bens públicos internacionais, em seu artigo seminal na revista *Science*, alertando sobre os perigos da má gestão de recursos ecológicos<sup>9</sup>. E isso dentro de uma visão multidisciplinar que estimula os interesses dos internacionalistas. Tal argumento é revisitado e contradito pela cientista política Elinor Ostrom, prêmio Nobel de Economia (2009), relançando o debate e abrindo novas fronteiras de pesquisa<sup>10</sup>. No Brasil, por exemplo, Viola e Basso (2016) prosseguem nesta rota situando o sistema internacional no Antropoceno. Para eles, esta nova era geológica, marcada por uma instabilidade abissal do meio ambiente, ameaça concretamente a humanidade e, em função disso, alguns conceitos tradicionais das RI necessitariam de revisão. Ademais, como anota Castro Pereira (2015), as ameaças ambientais são, em grande parte, difusas, indiretas e internacionais, brotando de processos econômicos que transcendem fronteiras e integram os sistemas produtivos dos Estados, entrando, não raro, em conflito com suas estruturas sociais e políticas estabelecidas. Ela preconiza, dessa maneira, que as RI, enquanto disciplina, têm o potencial e os meios para estudar a nova ordem global e propor aos líderes internacionais reformas institucionais e caminhos de cooperação.

O desmedido progresso da cibernetica, por sua vez, transmuta sobremaneira os parâmetros de segurança adotados pelos atores internacionais. Os vários ataques perpetrados tiveram efeitos significativos para a segurança nacional, a economia e, em alguns casos, até mesmo para a estabilidade política dos Estados. Projetado para sabotar o programa nuclear do Irã, o Stuxnet, em 2010, é considerado um dos primeiros ataques cibernéticos de alta sofisticação. Na última década há, também, um incremento expressivo nos ataques de *ransomware*, nos quais *hackers* bloqueiam o acesso a sistemas ou dados e exigem um resgate para restaurar o acesso. Empresas, hospitais e até mesmo governos já foram alvos desses ataques.

<sup>8</sup> Estes valores, dentro do *Plano Next Generation EU*, serão investidos principalmente sob a forma de subvenções nos países ou regiões que mais sofreram com a crise econômica. Cf. [https://france.representation.ec.europa.eu/informations/coronavirus-10-actions-prises-par-lue-face-lepidemie-2020-11-24\\_en?prefLang=pt&etrans=pt](https://france.representation.ec.europa.eu/informations/coronavirus-10-actions-prises-par-lue-face-lepidemie-2020-11-24_en?prefLang=pt&etrans=pt); Acesso em: 08 mai. 2024.

<sup>9</sup> Cf. Hardin, 1968.

<sup>10</sup> Ostrom rejeita a “tragédia dos comuns” proposta por Hardin, na qual interesses individuais se sobrepõem a um objetivo coletivo, resultando em destruição dos bens públicos e dos recursos escassos. Ela alega que, embora a sobreexploração de recursos comuns seja um óbice real, os atores são capazes de desenvolver regras, normas e instituições para gerir esses recursos de maneira colaborativa e sustentável. Cf. Ostrom, 1990.

Os ataques cibernéticos são, na verdade, apenas um dos vetores da chamada guerra híbrida, caracterizada igualmente pela manipulação do espaço de informação e por sabotagens na infraestrutura crítica. O conflito russo-ucraniano tem se revelado o palco principal onde se galvaniza tal hibridez, desafiando os estudiosos de RI a repensar conceitos de segurança e defesa.

Também, os fluxos migratórios, apesar de milenares, tornam-se, com a globalização, um componente decisivo das relações internacionais. A multiplicação das crises humanitárias, os conflitos armados, as perseguições políticas e os desastres naturais têm pressionado cada vez mais as fronteiras nacionais dos países desenvolvidos, destino da maior parte dos migrantes. A magnitude dos fluxos e suas consequências político-sociais têm levado as democracias ocidentais a questionar seus princípios de solidariedade e incitado os pesquisadores internacionalistas a reexaminar alguns parâmetros teóricos de cooperação.

Ainda, o espaço sideral, que durante a Guerra Fria fora ribalta da ambição norte-americana e soviética por hegemonia, volta a se configurar como um *locus* de disputa de poder. Desta feita dentro de novos contornos e suscitando preocupações sobre militarização, segurança de satélites e desenvolvimento de armas espaciais. Tudo isso com a participação de atores privados e, portanto, livre de soberania, como, por exemplo, a empresa SpaceX, do bilionário Elon Musk, detentora de satélites de internet Starlink.

De forma mais específica, este dossiê se propõe a adentrar as novas fronteiras das Relações Internacionais de forma sortida e contemplando algumas das questões mais relevantes para a disciplina.

Inicialmente Pereira inova ao propor uma análise de estudos empíricos sobre a participação cidadã na UE, um dos principais arranjos regionais da cena global, mas ainda pouco observado empiricamente no Brasil. Moehlecke, por sua vez, discorre sobre um tema de fronteira na área de Relações Internacionais ao focar na heterogeneidade de interesses e capacidades de poder de empresas individuais enquanto atores não-estatais e de levar esta análise para o campo da governança do investimento estrangeiro. Pacheco, Carvalho e Montenegro, por seu turno, propõem ultrapassar a fronteira que a categoria Grande Estratégia se encontra estacionada, discutindo sua potencialidade de aplicação no contexto geopolítico das potências médias. O tema da Diplomacia Científica, tratado por Onuki, Pinto Neto e Oliveira, pode, igualmente, ser classificado como um tema de fronteira, conforme introduz no debate das RI a discussão sobre um instrumento de *soft power* que pode ser relevante para os países emergentes na sua afirmação como lideranças do Sul Global e como elemento para superação da relação subordinada aos países centrais. Em seguida, Lucena se debruça sobre outro tópico ainda parcialmente explorado na seara das Relações Internacionais, a saber: a relação entre a dinâmica de crise e o fenômeno da complexidade institucional. Por fim, Rezende e Rios formulam uma análise inédita e original sobre o padrão de ajuste inferencial na produção de alto fator de impacto em RI na chamada Era das Identificações Causais.

Em suma, estas novas fronteiras desafiam os estudos de Relações Internacionais, intimando-os a se debruçar sobre fenômenos inéditos que, no mais das vezes, sugerem interações disciplinares igualmente originais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esquadriamento das novas fronteiras do conhecimento em Relações Internacionais reivindicam, assim, o uso racional da interseccionalidade e o emprego compulsório da ciência. Essa combinação não é trivial e exige muita atenção do pesquisador, sobretudo no que diz respeito: (i) às compatibilidades das associações disciplinares; (ii) à pertinência das escolhas metodológicas e; (iii) às possibilidades de generalização de seus achados.

Se as RI dispõem, desde a sua gênese, de arcabouço teórico singular, elas reclamam, contudo, muita cautela no que se refere à sua prática metodológica. Sua seminal vocação interdisciplinar, exacerbada no adentramento de novas fronteiras, não pode distanciá-la da gramática científica. A incumbência-mor da ciência, vale lembrar, é, antes de tudo, explicar, e não prescrever. Um novo e genuíno conhecimento esteia-se em evidências empíricas e não em pressuposições desprovidas de comprovação. O manejo de argumentos normativos exige toda prudência a fim de não desvirtuar o protocolo próprio à ciência, fundamentado, não apenas nas evidências, mas igualmente em: procedimentos lógicos e coerentes; falsificabilidade; reproduzibilidade; clareza e precisão; consistência com conhecimento prévio; objetividade; transparência e capacidade de revisão.

De forma concisa, se as RI se ancorarem nos princípios científicos, se debelarem de seus vieses normativos e se valerem, com a devida cautela, de sua propensão holística e interdisciplinar, elas se tornarão um vetor essencial para a conquista de novas fronteiras do conhecimento.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

- ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Brasília: Editora da FUNAG, 2002.
- BENNETT, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. (eds.). **Process tracing: From Metaphor to Analytic Tool**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BRADY, H. E., COLLIER, D.; SEAWRIGHT, J. Refocusing the Discussion of Methodology. In H. E. Brady; D. Collier. (Eds.). **Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards** (pp. 3-20). Rowman and Littlefield, 2004.
- CAPORASO, James A. Across the Great Divide: Integrating Comparative and International Politics. **International Studies Quarterly**, vol. 41, p. 563-592, 1997.
- CARR, Edward. **Vinte anos de crise**. Brasília: Editora da FUNAG, 2001.

CASTRO PEREIRA, Joana. Environmental issues and international relations, a new global (dis)order – the role of International Relations in promoting a concerted international system. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 58, n.1, p. 191-209, 2015.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, New Series, vol. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida. **Por uma epistemologia dos processos de regionalismo. Qual matriz disciplinar: Ciência Política ou Relações Internacionais?** Recife: Editora da UFPE, 2021.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. (Editors). **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: OUP, 2010.

REZENDE, Flávio da Cunha. O Pluralismo Inferencial na Ciência Política Pós-KKV (2005-2015): Argumento e Evidências. **Revista Política Hoje**, vol. 26, n. 1, p. 241-277, 2017.

RIHOUX, Benoît; RAGIN, Charles. (eds.). **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore: Sage, 2009.

SCHRÖDINGER, Erwin. **O que é vida?**. São Paulo: Editora UNESP, 1977.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O Sistema Internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, n. 92: e319201, 2016.